

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.503 - SC (2019/0234454-1)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A  
**OUTRO NOME** : MAPFRE SEGURADORA S/A  
**ADVOGADOS** : PAULO ERNANI DA CUNHA TATIM - SC009788  
KÁTIA ALESSANDRA MARTINS FLECK - SC028737  
RODRIGO CAMPOS LOUZEIRO - SC037282  
**RECORRIDO** : MARILIA MARTINS  
**OUTRO NOME** : MARILIA MARTINS LEONIDA  
**ADVOGADOS** : EMERSON BAGGIO - SC019262  
THIAGO DE ASSIS DA SILVA - SC035135

**EMENTA**

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. RESP 1.483.620/SC. CORREÇÃO MONETÁRIA. PAGAMENTO CONFORME O PRAZO LEGAL DE 30 DIAS. INCIDÊNCIA AFASTADA.

1. Ação de cobrança de seguro DPVAT.
2. O REsp 1.483.620/SC (2ª Seção, DJe de 02/06/2015), julgado sob o rito dos recursos repetitivos, fixou a tese de que "a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso."
3. O § 7º do art. 5º da Lei 6.194/74, dispositivo legal indicado na referida tese afirma expressamente quanto à incidência da correção monetária que "os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido".
4. A correção monetária sobre a indenização do seguro obrigatório DPVAT incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal. Precedentes.
5. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
6. Recurso especial conhecido e provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 22/05/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 19/08/2019.

**Ação:** de cobrança ajuizada por MARILIA MARTINS em face da recorrente na qual pretende a complementação do valor recebido administrativamente a título de seguro obrigatório.

**Sentença:** julgou improcedente o pedido.

**Acórdão:** deu provimento à apelação interposta pela recorrida, nos termos da seguinte ementa:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA AUTORA.

PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE NÃO FOI ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO. PRECEDENTES. COMPLEMENTAÇÃO NECESSÁRIA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 580 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO.

AUTORA QUE DEVE ARCAR COM A INTEGRALIDADE DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. HONORÁRIOS RECURSAIS INDEVIDOS.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (fl. 173, e-STJ).

**Embargos de declaração:** opostos pela recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 5º, §§1º e 7º, da Lei 6.194/1974, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que a correção monetária incide apenas nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015

**Da correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT**

O STJ ao julgar o REsp 1.483.620/SC (2ª Seção, DJe de 02/06/2015), sob o rito dos recursos repetitivos, fixou a tese de que "a incidência

de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso."

Nesse contexto, o dispositivo legal indicado na referida tese afirma expressamente quanto à incidência da correção monetária que "os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido" (grifou-se).

Assim, é firme o entendimento desta Corte superior no sentido de que a correção monetária sobre a indenização do seguro obrigatório DPVAT incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1497284/SE, 3ª Turma, DJe de 03/10/2019; AgInt no AREsp 1492366/SP, 4ª Turma, DJe de 25/09/2019; e AgInt no AREsp 1479030/SP, 3ª Turma, DJe 30/08/2019.

Na hipótese sob julgamento, o TJ/SC decidiu o seguinte:

"Destarte, dá-se provimento ao apelo no ponto para determinar a incidência de correção monetária ao valor pago administrativamente, desde o evento danoso (08-05-2012, pp. 16-18) até a data do efetivo pagamento (12-04-2013, p. 98)" (fl. 178, e-STJ).

Ao decidir pela incidência de correção monetária desde a data do acidente, o Tribunal de origem divergiu do entendimento dominante sobre o tema nesta Corte. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para afastar a incidência de correção monetária sobre o valor da indenização de seguro DPVAT.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §

# *Superior Tribunal de Justiça*

4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora